



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE INGÁ
"Casa Luís José de Souza"

CNPJ nº 12.920.252/0001-18 – CEP 58380-000
Rua João Pessoa, nº 01, Centro, Ingá - PB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULO
DE CIDADÃO INGAENSE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE INGÁ – ESTADO DA
PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 46, e, do Regimento Interno, faz saber que
o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Concede título de cidadão ingaense ao aluno Izaak Emanuel Nunes Costa,
em reconhecimento por se tratar de um aluno que vem se destacando em suas atividades
conforme currículo em anexo.

Parágrafo único. A outorga do título ora concedido se fará na data e horário a ser
determinado pelo Presidente desta Casa, respeitando o momento atual da Pandemia – COVID 19,
em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Ingá - PB, 06 de dezembro de 2021.

Emmanuelle Silveira Monteiro Félix
Vereadora Proponente

Câmara Municipal de Ingá-PB
Projeto de Decreto Legislativo nº ____/____
APROVADO
Por UNANIMIDADE
Sala das Sessões em 06.12.2021
Anunel
Presidente
1º Secretário



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE INGÁ
CASA LUIS JOSÉ DE SOUZA

Requerimento Nº104/2021	Entrada na Secretária Em 03/12/2021	DESPACHO Aprovado na Sessão de Data: <u>06 / 12 / 2021</u>
	_____ Secretário Adiado p/ próxima Seção Em ___ / ___ / ___ _____ Presidente	_____ <i>Arunes</i> Presidente _____ 1º Secretário

Senhor Presidente,

O vereador que abaixo subscreve requer que, depois de ouvido o plenário, seja posto em votação o seguinte requerimento:

Que o **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, entre em contato com a secretaria de **INFRA-ESTRUTURA** do nosso município no sentido de requerer que seja feito, um quebra-molas com faixa de pedestre em frente à igreja Matriz Católica de nossa cidade e a igreja evangélica Congregacional Monte das Oliveiras que fica ambas localizada no centro da nossa cidade na rua por trás da praça Antenor Navarro.

Sala das sessões, em, 06 de dezembro de 2021.

Ailton Nunes de Andrade
AILTON NUNES DE ANDRADE
Vereador



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE INGÁ
CASA LUIS JOSÉ DE SOUZA

Requerimento Nº103/2021	Entrada na Secretária Em 30/11/2021	DESPACHO Aprovado na Sessão de Data: 06 / 12 / 2021
	_____ Secretário Adiado p/ próxima Seção Em ____ / ____ / ____ _____ Presidente	_____ Presidente _____ 1º Secretário

Senhor Presidente,

A vereadora que abaixo subscreve requer que, depois de ouvido o plenário, seja posto em votação o seguinte requerimento:

No sentido de que o Poder Executivo Municipal, Providencie a elaboração do Projeto de Lei instituindo o Programa Bolsa Atleta e encaminhe a esta casa legislativa, com a finalidade de apoiar financeiramente os atletas e paratletas amadores de nosso Município, que forem convidados/convocados a participarem de teste, peneiras e competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Atenciosamente,

Sala das sessões, em, 06 de dezembro de 2021.

Emmanuelle Silveira Monteiro Félix- Vereadora



RECEBIDO

Por AILTON NUNES DE ANDRADE às 11:58, 17/11/2021

PROJETO DE LEI Nº 28/2021.
CÂMARA MUNICIPAL DE INGÁ-PB

Projeto de Lei nº 28/2021

APROVADO

Por: UNANIMIDADE

Sala de Sessões em: 06/12/2021

Amun U
Presidente

DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O ~~Presidente~~ **Secretário** CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE INGÁ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, estipula:

I – DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 1º O Poder Executivo qualificará como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º Somente poderá ser outorgada a qualidade de organização social a entidade cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à cultura, à saúde, ao esporte, à assistência social e à proteção e preservação do meio ambiente.

Art. 3º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no art. 1º desta Lei habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta lei;
- participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- composição e atribuições da diretoria;
- obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e



bens por ele alocados nos termos do contrato de gestão;

II - haver aprovação, quanto ao cumprimento integral dos requisitos para sua qualificação, do Secretário da área de atividade correspondente ao seu objeto social.

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas, dentre as atribuições privativas do Conselho de Administração, as seguintes:

I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - fixar a remuneração dos membros da diretoria;

V - aprovar os estatutos, bem como suas alterações, e a extinção da entidade;

VI - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

VII - aprovar por maioria de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

VIII - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

IX - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

II – DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vista à formação de parceria entre as partes para fomento e execução das atividades relacionadas no art. 2º.

§ 1º É dispensável a licitação para a celebração dos contratos de que trata o "caput" deste artigo, nos termos do art. 24, inciso XXIV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

§ 2º A celebração do contrato de gestão será precedida de processo seletivo quando houver

(2)



mais de uma entidade qualificada para prestar o serviço objeto da parceria.

Art. 6º O contrato de gestão celebrado pelo Município discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada.

Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação da Secretaria de Administração, ao Secretário Municipal da área de atuação correspondente ao seu objeto.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, bem como os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, quando for pertinente, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

Parágrafo único. O respectivo Secretário Municipal poderá definir as demais cláusulas necessárias aos contratos de gestão de que for signatário.

III – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 8º O Secretário Municipal responsável designará a Comissão de Avaliação, a qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos de gestão celebrados por organizações sociais no âmbito de sua competência.

Art. 9º A entidade qualificada apresentará à Comissão de Avaliação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

Parágrafo único. A Comissão deverá encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 10. Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

12



Art. 11. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 10, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e comunicarão à Procuradoria do Município para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado danos ao patrimônio público.

IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. As entidades qualificadas como organizações sociais ficam declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 13. As organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar afastamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 14. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, desde que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único. A permuta a que se refere este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 15. Fica facultado ao Poder Executivo o afastamento de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem. §1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor afastado qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social. §2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor afastado com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

§ 3º O servidor afastado perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem.

Art. 16. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social quando verificado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

2



§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, conduzido por Comissão Especial a ser designada pelo Chefe do Executivo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues à utilização da organização social, sem prejuízo das sanções contratuais, penais e civis aplicáveis à espécie.

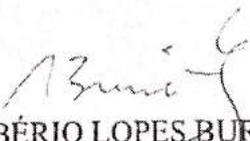
Art. 17. A organização social fará publicar no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18. Os Conselheiros e Diretores das organizações sociais não poderão exercer outra atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 19. Sem prejuízo do disposto nesta lei, poderão ser estabelecidos por decreto requisitos adicionais pertinentes ao procedimento de qualificação de organizações sociais.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ingá-PB, 17 de novembro de 2021.


ROBÉRIO LOPES BURITY
Prefeito Constitucional



Recebido
em 02-12-2021
Dilton Nunes

OFÍCIO/GP/ Nº 189/2021.

Em, 02 de dezembro de 2021.

Ao
Senhor Presidente

CÂMARA DE VEREADORES

Ingá – PB.

**Senhor Presidente;
Senhores Vereadores;**

Encaminhamos pelo presente, o Projeto de Lei em anexo, cuja proposição solicita autorização para abertura de crédito adicional na modalidade Especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para promoção ao incentivo da indústria local, através da comercialização nacional e internacional, fomentando a captação de agentes financeiros.

Submetemos o mesmo à apreciação dos ilustres parlamentares, e ao mesmo tempo, solicitamos a adoção de regime de *urgência urgentíssima*, com respaldo na legislação em vigor, para que possamos pleitear junto com órgãos do Governo Federal, o desenvolvimento regional.

Sendo o que se apresenta para o momento, elevamos protestos de estima e considerações, antecipamos agradecimentos e nos pomos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

ROBÉRIO LOPES BURITY
Prefeito Municipal



PRAÇA VILA DO IMPERADOR, 160, CENTRO
INGÁ / PB - CEP: 58.380-000

(83) 3394-1251

✉ PREFEITURA@INGA.PB.GOV.BR



CÂMARA MUNICIPAL DE INGÁ-PB

Projeto de Lei nº 29/2021

Aprovasse

Por: UNANIMIDADE

Sala das sessões em: 06/12/2021

Anunio

Presidente

1º Secretário

Projeto de Lei n.º 29/2021.

SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NA MODALIDADE ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional na modalidade especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nas Unidades Orçamentárias, Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos-Atividades e elemento de despesa abaixo discriminado:

I

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Fonte	TOTAL
01.00	Gabinete do Prefeito		
22	Indústria		
662	Promoção Industrial		
7667	Promoção Industrial		
7667	Promoção Industrial		
3.3.90.14	Diárias	Ordinário	500,00
3.3.90.30	Material de Consumo	Ordinário	500,00
3.3.90.32	Material de Consumo – Distribuição Gratuita	Ordinário	500,00
3.3.90.36	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Ordinário	500,00
3.3.90.39	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Ordinário	2.000,00
TOTAL			4.000,00

II

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Fonte	TOTAL
01.00	Gabinete do Prefeito		
23	Comércio e Serviços		
691	Promoção Comercial		
8668	Promoção Comercial		
8668	Promoção Comercial		
3.3.90.14	Diárias	Ordinário	500,00
3.3.90.30	Material de Consumo	Ordinário	500,00
3.3.90.32	Material de Consumo – Distribuição Gratuita	Ordinário	500,00
3.3.90.36	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Ordinário	500,00
3.3.90.39	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Ordinário	9.000,00
TOTAL			11.000,00



PRAÇA VILA DO IMPERADOR, 160, CENTRO
INGÁ / PB - CEP: 58.380-000



(83) 3394-1251



PREFEITURA@INGA.PB.GOV.BR



Art. 2 – Como fonte de recursos fica o Poder Executivo autorizado a utilizar-se das constantes na Lei 4.320/64, em seu artigo 43, parágrafo 1^a, conforme detalhamento abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Elemento	TOTAL
04.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
28	Encargos Especiais		
841	Refinanciamento da Dívida Interna		
0001	Encargos Gerais do Município		
0002	Encargos Gerais do Município		
3.1.90.03	Pensões	Ordinário	15.000,00
TOTAL			15.000,00

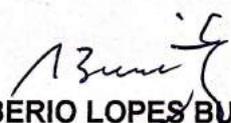
Valor total das Anulações R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 3º - Para efeito de cumprimento da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a Suplementar os Créditos evidenciados no artigo Primeiro, no valor de até 100% (CEM POR CENTO), relativo ao previsto no total do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ingá, 02 de dezembro de 2021.


ROBERIO LOPES BURITY
Prefeito Municipal



PRAÇA VILA DO IMPERADOR, 160, CENTRO
INGÁ / PB - CEP: 58.380-000



(83) 3394-1251



PREFEITURA@INGA.PB.GOV.BR